

A república das empreiteiras

CPI - Documento

As revelações da imprensa e da CPI do Orçamento sobre o poder e o tráfico de influência das empreiteiras permitem firmar a convicção de que o Brasil se transformou numa verdadeira "república das empreiteiras". A relação da iniciativa privada com o Estado faz parte de qualquer sociedade democrática. Mas a relação que as grandes empreiteiras estabeleceram em nosso país representa a negação da democracia.



A tecnologia da corrupção envolve amizades, festas, propinas...

A gravidade desta situação consiste no fato de que os empreiteiros constituem um poder oculto, que não tem mandato nem foi votado, mas decide sobre o Orçamento da União. Esta realidade se traduz no completo desfiguramento da democracia, pois a representação popular, tanto no Legislativo como no Executivo, está sendo fraudada pela incapacidade de decidir de forma isenta por meio dos representantes, manipulados, alguns por conluio, outros por impotência, por um poder criminoso que corrompe as finalidades do poder público. O Estado está sendo pilhado por esses grupos e ele mesmo se tornou delinqüencial.

A "república das empreiteiras" caracteriza-se por uma relação promíscua de empreiteiros com funcionários graduados do Estado e com políticos, especialmente prefeitos, deputados, senadores, governadores e presidentes. Duas são as mercadorias de troca nessas relações crimi-

nosas: de um lado, obras inúteis e/ou superfaturadas e, de outro, financiamento de campanhas eleitorais e propinas. Estes esquemas manipulam bilhões de dólares do dinheiro público e são responsáveis por obras implicadas em boa parte das dívidas externa e interna brasileiras. Levantamentos feitos mostram que muitas dessas obras estão abandonadas.

O Brasil, de fato, precisa de infra-estrutura em várias áreas. As

grandes empreiteiras, contudo, aproveitaram-se desta necessidade para se apoderar do Estado. Desde a construção de Brasília, passando pelas obras faraônicas da ditadura, pela Nova República e até nossos dias, as empreiteiras desenvolveram relações e esquemas sofisticados para se apoderarem da execução de obras e de dinheiro público que podem ser denominados de tecnologia da corrupção. A tecnologia da corrupção envolve amizades, festas, propinas, eleições, viagens, aviões, etc. Assim, as grandes empreiteiras constituíram um cartel que esmaga as pequenas, manipula obras, verbas e licitações. Algumas empreiteiras se transformaram em bancos de obras. Isto é, vencem uma licitação superfaturada e subempreitam a obra pela metade do preço, como ocorreu entre a Odebrecht e a Construtora Mafrense (Estado 3/11). Tudo isso por si só é revoltante e mereceria a severa punição dos envolvidos. A re-

volta aumenta quando se sabe que é o cidadão que está sendo lesado como contribuinte, e milhões de necessitados que não têm os direitos sociais garantidos.

Diante desta situação toda, o Estado aproxima-se do ponto-limite de perder a capacidade operacional e moral de manter a ordem constitucional e as normas legais. Os sinais desse perigo manifestam-se em várias esferas: na corrupção generalizada dos poderes públicos, na ineficiência das instituições e dos poderes, no colapso da polícia e do Judiciário, na criminalidade e violência crescentes, na selvageria nas relações de troca, etc. O quadro de decomposição institucional e social restringe cada vez mais as alternativas políticas. A rigor hoje restam três:

■ Reação das instituições com a punição dos culpados e com reformas políticas e sociais mínimas, capazes de garantir a travessia até as eleições de 94, quando se espera a renovação do ambiente político;

■ Modificação do calendário elei-

toral com a antecipação das eleições;

■ Quebra da ordem institucional.

Evidentemente, a primeira alternativa é a mais desejável e na qual os democratas devem se engajar. Mas para isso a CPI, as investigações policiais e da Procuradoria da República devem ir até as últimas consequências na apuração dos fatos. O Congresso e o Executivo podem e devem punir os culpados política e administrativamente. Mas isto é insuficiente. A opinião pública não aceita mais simplesmente a revelação de escândalos e a punição política e administrativa. Para que a reação das instituições se configure, o Judiciário deve punir os culpados com presteza, encarcerando e confiscando bens, seja de políticos, seja de empresários. Caso contrário, o próprio Judiciário deve ser convocado a prestar contas perante a sociedade e a representação política. A demora no julgamento de Collor, PC e sua quadrilha evidencia essa necessidade.

Para terminar, insisto num ponto: a campanha das diretas, a redemocratização, a Constituinte e o impeachment demonstraram que não se pode apostar todas as fichas na esperança de que a regeneração da democracia se realize mediante uma mudança dos costumes políticos provocada pelo choque dos escândalos e pelo vigor das lutas. A sociedade quer o funcionamento das instituições e das leis. São necessárias reformas institucionais e sociais, e uma reinterpretação dos textos legais. A sociedade já não tem esperanças. O que floresce hoje é o descrédito das instituições e a desilusão com os políticos.

